DA "PONTE SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS" À REINVENÇÃO DO "HOMEM LENTO": reflexões sobre assimetrias de saber e desastres

From the "bridge over troubled water" to the reinvention of the "slow man": reflections on the asymmetries of knowledge and disasters

Sergio Luiz Dias Portella[*]
Simone Santos Oliveira[**]
Norma Valencio[***]
João Arriscado Nunes[****]

> O presidente Mao estava certo, apesar de tudo: a revolução precisa ser sempre revolucionada. O que ele não previu é que a nova energia "revolucionária" seria tirada de um conjunto de atitudes difíceis de aparecer em movimentos revolucionários: modéstia, cuidado, precaução, habilidade, significado, atenção aos detalhes, conservação cuidadosa, *redesign*, artificialidade e modas sempre transitórias. Nós precisamos ser radicalmente cuidadosos ou cuidadosamente radicais… Que tempo estranho para se viver (LATOUR, 2014a, p. 11).

1 INTRODUÇÃO

Toda uma geração de jovens ocidentais, nos anos 70, viveu momentos melancólicos inspirados pela canção de autoria do americano

[*] Doutorando do Programa "Território, Riscos e Políticas Públicas", oferecido pelas Universidades de Coimbra/Lisboa/Aveiro (PT). Assessor da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz e Integrante do Grupo de Pesquisa do Cepedes/Fiocruz. sportella@fiocruz.br

[**] PhD em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto (PT) (2013). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. simone@ensp.fiocruz.br

[***] Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP. normaf@terra.com.br

[****] Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra (1993). Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/PT. jan@ces.uc.pt

Paul Simon, que se tornou o grande *hit* da época, intitulada *Bridge over Troubled Water* (*Como uma ponte sobre águas turbulentas)*, e que dizia, numa de suas estrofes [tradução nossa]:

> (...) Como uma ponte sobre águas turbulentas
> Eu me colocarei ao teu lado
> Quando a escuridão chegar
> E o sofrimento estiver por todo lado (...)

Naquela época, em vários países, a junção de mobilizações sociais, em busca da afirmação de direitos variados, com a iminência de mais uma fase de crise econômica relacionada ao petróleo e com um meio político reacionário – indo do recrudescimento do Brasil dos generais ao Portugal do Estado Novo, passando pelos EUA corrompidos de Nixon até as convulsões na Palestina – subtraiu uma parte da leveza da juventude. Muitos tornaram-se descrentes em um porvir esperançoso, o qual pudesse ser lastreado pelas forças políticas e econômicas dominantes.

Diante da leveza perdida, muitos jovens foram produzindo horizontes alternativos através de sucessivas buscas de pontes para enfrentar as águas turbulentas de um cotidiano tenso. Uma miríade de desafios se interpunha no caminho da juventude como se fora ondas crespas de um rio revolto. Havia desilusões recorrentes com o *modus operandi* do poder, o qual comprometia as perspectivas de trabalho, obstaculizava a livre opinião, operava a base de vigilâncias, torturas e desaparecimentos. Não obstante o emergir de um amargor precoce, provindo de perdas econômicas inesperadas – como no recorrente desemprego, na falta de moradia, na inflação – e a fúria perante as injustiças de toda a ordem – a começar pela impossibilidade da palavra própria na esfera pública –, tecidas na vida cotidiana, muitos foram os que mantiveram o seu pendor à ousadia. Arriscaram braçadas enérgicas sobre as águas desconhecidas para poderem chegar sãos e salvos à outra margem e acenarem aos que sentiam borbulhar, dentro de si, o inconformismo, mas sem a confiança suficiente em si próprios, devido às lições de castração recebidas.

Esse contexto de ocorrência de multifacetados reveses sociais forjou potentes intelectuais, os quais se prestaram a serem tijolos do pensamento para que novas gerações deles se pudessem servir na construção de pontes sobre os rios revoltos, os quais permaneceriam turbu-

lentos nas décadas seguintes. Sobre tais tijolos, os mais ousados aprendizes puderam apoiar-se, em sua temerária travessia, e se prepararem para os novos desafios das décadas seguintes – como o desafio ambiental, o da consolidação das democracias, o de combate às diversas formas de violência, entre outros – sem descurarem da desconfiança para com a dinâmica capitalista, que permaneceu subjacente a essas novas questões. Conceitos como o de *dispositivo* – elaborado por Foucault (1997) para exercitar o encadeamento e formas de enunciação entre o saber-poder-subjetividade que penetram desde a moral até as instituições – e o de *espaço* – referido à produção social de um sistema de ações e objetos numa dada configuração territorial (SANTOS, 1985) – foram alguns desses tijolos disponíveis para a construção de pontes do pensamento crítico para futuros alternativos. Entretanto, esses futuros mais promissores à vida vêm sendo retardados pelas forças do medo e da acomodação. Muitos foram os que se detiveram na primeira margem, numa contemplação resignada do rio à sua frente e ignorando as possibilidades de travessia oriundas das pontes do pensamento crítico. Após alguns instantes, os cautelosos voltavam as costas às turbulências inerentes às mudanças, enquanto aceitavam as turbulências daquilo que estava em franca deterioração.

No entanto, os cautelosos não olvidavam as outras pontes que se anunciavam como eficazes para fazer a ligação entre as margens da dinâmica da vida natural e da dinâmica da acumulação capitalista. Os cautelosos acabavam por depositar a sua fé nesse anúncio e dispuseram-se, então, a atravessá-las – crentes na ideologia de desenvolvimento sustentável. Porém, as margens que essas pontes ligavam eram inconciliáveis e, assim, tratavam-se de pontes frágeis, sujeitas a colapsar a qualquer momento, levando consigo todos os que nela creram.

Segundo Latour (2014b), hoje, temos duas terras ou duas naturezas disputando a primazia do domínio da enunciação do que é a realidade. De maneira muito semelhante à reflexão feita por Santos (2008), Latour, em seu discurso na *Royal Academy*, em Copenhagen, em 26 de fevereiro de 2014, descreve como nos separamos em duas naturezas: aquela a que todo o mundo vivo, inclusive nós, pertencemos, e a outra com status de transcendência que nos sobrevoa, a economia capitalista. Essa economia capitalista que nos domina e que a maioria dos discursos parece qualificar como o inevitável destino do progresso da humani-

dade, nesse exato momento, começa a ser ameaçada por esse mundo vivo. Essa primeira natureza – que sempre foi a mais natural e que está perdendo seu lugar para a dita evolução econômico-capitalista – tem reagido, sido subvertida, ficado fora de controle. Essas ameaças, sejam mudanças climáticas por acúmulo de ações humanas ou expressão de uma das fases dos longos ciclos de evolução geomorfológica – não importa –, promovem pontes entre essas duas naturezas. A primeira e a segunda naturezas se encontram nessas pontes, cada vez mais comuns, chamadas desastres, onde podemos ter alguma oportunidade para criar um devir alternativo, mas sempre lidando com um inevitável ambiente de crise daquilo que já é. Os desastres unem as pontas dessas naturezas essencialmente antagônicas e intrinsecamente inconciliáveis. Porém, ao fazê-lo, baseiam a sua arquitetura em tijolos de baixa qualidade, propensa a ceder diante do peso das pressões que recebe.

Para compreender essas pontes instáveis, fizemos aqui um exercício coletivo preliminar. Este artigo é o resultado de muitos encontros e discussões – virtuais e presenciais – entre as pesquisadoras e os pesquisadores que o assinam e o conjunto de reflexões que se seguem é orientado para esse momento único de se estar sobre esta ponte – o singular desastre –, que faz com que as duas naturezas, momentaneamente, percam esse efeito de "separatividade" que a produção de conhecimento ocidental produziu, como no desastre das cidades serranas no estado do Rio de Janeiro em 2011. Nesse momento singular, marcado por uma indisfarçável crise, não há objetos, nós só temos agrupamentos em disputa. Nem mesmo o desastre é um objeto – ideia que a metáfora da ponte poderia nos induzir. O desastre não é um evento que aconteceu em um espaço temporalmente limitado. O desastre é um agrupamento social em disputa – constituído por subgrupos –, permeado por debates de lógicas que se refletem no espaço social, e que, por isso, nunca pode se constituir em uma questão, de fato, exógena ao sujeito – um objeto – em separado. Sujeito e circunstâncias se interpenetram e se explicam mutuamente, naquilo que se manifesta nas suas mútuas possibilidades de existência como de destruição.

Em torno da discussão sobre essa ponte, que não é uma ponte – talvez seja apenas uma encruzilhada que dá num abismo –, destacamos três encontros presenciais dos autores, apenas como orientação temporal, que fortaleceram a vontade de se criar um artigo compartilhado:

um deles, por ocasião de uma das atividades do Projeto Desafio, da Rede Waterlat-Gobacit, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em julho 2015 (quando se discutia a produção social das condições de desigualdade e injustiça que contribuem para explicar a vulnerabilidade social relacionada à precariedade dos serviços de saneamento); o segundo, no XI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), ocorrido em Goiânia em julho 2015 (na mesa intitulada "Diálogos entre profissionais e comunidades em desastres: possibilidades de participação e transformação social") e o terceiro momento, no Seminário Internacional de Desnaturalização de Desastre e Mobilização Comunitária: Novos Regimes de Produção do Saber, ocorrido no Rio de Janeiro em outubro 2015.

2 AS DUAS NATUREZAS

Em sua explicação sobre as duas naturezas, durante seu discurso em Copenhagen, Latour (2014b) utiliza o slogan de uma das campanhas do *Greenpace* para sintetizar o que está pensando: "Se o mundo fosse um banco, já o teriam socorrido". De outra forma: Se o mundo (aglomerado em disputa da primeira natureza) fosse um banco (aglomerado em disputa da segunda natureza), a segunda natureza – a economia capitalista – já o teria socorrido.

Então, Latour conta como a economia capitalista se tornou historicamente mais "natural-divina" do que a primeira natureza. Já tal fora apontado por Polanyi (1980) como algo iniciado no século XIX, mas que só ganharia dimensões planetárias em nossos dias. O referido autor teria denominado esse modo de produção como um tipo de religião secular. A tendência de aceleração brutal do processo de acumulação do capital, característica que define a especificidade do capitalismo, ganha seu perfil mais contemporâneo a partir de 1945 como "um domínio infinito e sem limites, totalmente indiferente à existência terrestre e à própria noção de limites, totalmente autocentrada e autogovernada", descreve Latour (2014b, p. 6), a partir dos trabalhos de Timothy Mitchell. No final dos anos 60 e início dos 70, tendo como referência a grande repercussão do relatório do Clube de Roma (MEADOWS *et al*, 1972), tornou-se visível para a opinião pública o quanto tinha avançado esse processo de desenraizamento da economia. Os seus limites para

a acumulação, ditados pelo ritmo da expansão urbano-industrial e do consumo, desaparecem; com isso, ocorre também o desaparecimento de qualquer conexão entre a primeira e a segunda natureza.

Dessa forma, o que teríamos nos últimos dois séculos seria a troca de características das duas naturezas. Enquanto, a primeira (a da natureza viva) entra na era antropocênica, como define Latour (2014b), onde não mais se diferencia a ação humana das forças naturais, com uma enorme quantidade de pontos de ruptura e catástrofes, a segunda (a economia capitalista) parece manter as características do que era ser natural anteriormente, a indiferença, a atemporalidade, a automaticidade regida por leis fundamentais e indiscutíveis, totalmente apartadas da política e da ação humana. Não é justamente o que estamos vendo no Brasil hoje: as acusações de que a política insana não deixa em paz o reino da autorregulação da economia? Para Latour, definitivamente, a historicidade trocou de lugar: "A Terra estaria passando por uma subversão em ritmo vertiginoso e a segunda natureza, a economia, ainda funciona como um relógio" (LATOUR, 2014b, p.7). Nesse sentido, o autor considera salutares todas as cutucadas – os desastres – que a primeira natureza (nossa oportunidade) vem dando na segunda natureza e convida aos economistas que pensam sobrevoar a Terra desconectados de seus vínculos primeiros: "Voltem para a Terra, seus terráqueos".

Diante das cutucadas insistentes da primeira natureza, denunciando, através dos desastres sucessivos, que os limites da vida foram ultrapassados, a religião secular manteve-se, até então, disposta a negar a existência dos mesmos. Porém, a repercussão dos acontecimentos trágicos na própria dinâmica da acumulação já não permitiu essa performance de alheamento e, assim, essa desconexão foi paulatinamente substituída por um tipo de reação por parte do regime atual de acumulação, e das ciências que lhes são instrumentais. Tal reação caracterizou-se, nomeadamente, através do esforço em desenvolver um dispositivo de Redução de Risco e Desastres (RRD), de funcionamento permanente e globalizado, numa arquitetura política multilateral dedicada a gerar uma nova forma de controle populacional que independe da existência dos próprios desastres e da participação pública. Sua principal característica é o resgate de uma visão positivista da ciência, a do *normal resiliente*, explicitado recentemente no Marco de Sendai (UNISRD, 2015).

3 SE O MUNDO FOSSE UM BANCO, JÁ O TERIAM SALVO

A união poder-ciência faz com que a lógica científica esteja para além dos laboratórios e revistas científicas (SANTOS, 2008). Ela perpassa e constrói toda a sociedade ocidental e é por esta construída com sua superficial cobertura econômica e virtual planetária que secundariza as vinculações e articulações locais. Essa conjunção pode ser generalizada hoje no mundo, por conta justamente dos inúmeros mecanismos econômicos que perpassam o globo, impondo seus acordos e posições, mas, para aqueles povos, populações, comunidades e grupos que estão para além da linha abissal, como a define Boaventura Santos (2008), a situação é mais crítica. A tensão entre poder-conhecimento e participação pública, bem visível nos países do Norte global, praticamente desaparece nos países do Sul. O autorreforço entre o desenvolvimento econômico e a produção de conhecimento científico que emerge no Sul global, ao se atravessar a linha abissal, faz desaparecer quase que completamente a tensão – positiva ou negativa – entre a participação pública e o poder aliado à ciência.

Essa união produz um sistema de expropriação de valor, informação e energia, que está acima e além dos *lugares*. Ele ultrapassa e nega as dinâmicas ecossistêmicas precedentes, em torno das quais pessoas concretas tentam organizar a sua reprodução em seus territórios reais, na lida para construir seus espaços singulares, segundo Milton Santos (2008), e que configura as duas naturezas de Latour. Esses dois sistemas se tocam através de dispositivos e agenciamentos realizados pelas corporações globalizadas e intermediadas pelos governos locais, numa posição dúbia e dupla destes últimos, de globalização, por um lado, e de territorialização, por outro. Todo esse fluxo é legitimado pelos postulados da chamada ciência econômica, transformados em prescrições com apoio das ciências jurídicas, e instrumentalizada pelas práticas do negócio e pelas tecnologias de contabilidade, *marketing*, *design*, *merchandising*, formação profissional, estudos organizacionais, gestão. Um conjunto de disciplinas e de práticas profissionais responsáveis por extrair do mundo social e natural um outro mundo "mais natural" – porque teria sido naturalizado por intermédio de uma cultura de massas, mas também pela sua inscrição em instituições, práticas e instrumentos. Assim, esse mundo mais natural foi assimilado à "realidade" e a uma necessidade

invocada como o fundamento último da dinâmica neoliberal, que Klein (2007) designou de "capitalismo de desastre". No final das contas, por aqui se inscreve no mundo uma outra narrativa do destino dos seres humanos, um destino que independeria destes (LATOUR, 2007).

Mas nem todas as vias de contato, nem todos os dispositivos que mediam as duas naturezas, a terra e o capitalismo neoliberal, o homem lento e o homem virtual (SEVALHO, 2012) podem ser estabilizadas e ritualizadas, sem mais, pelos saberes e tecnologias associados à economia. Apesar da dinâmica da hegemonia que a legitima e lhe confere autoridade e procura fabricar consentimento, especialmente através da produção deliberada de ausências (de alternativas passadas), da promoção da monocultura do chamado pensamento único e da desvalorização ou desqualificação dos sinais de emergência de alternativas capazes de, como avança Boaventura de Sousa Santos, ampliar as possibilidades do presente (SANTOS, 2006). Os desastres têm o privilégio de conectar as duas naturezas de uma maneira caótica ou, pelo menos, indeterminada, expondo justamente o que os ritos econômicos e das ciências positivas querem esconder, os seus ritos por demais humanos, os seus nexos sócio-históricos, de que nem os desastres nem a economia brotam de uma natureza imune à atividade humana, e impondo a esta a sua necessidade, sendo que o "natural" invocado em relação a uns e outra é o que é construído por uma longa tradição científica, bebendo em debates e confrontos filosóficos anteriores à própria constituição das ciências modernas: esse "natural" seria indiferente à ação humana, amoral, atemporal, e caracterizado por um automatismo comandado por leis alegadamente imutáveis. Tanto os desastres como a economia, porém, são "humanos, demasiadamente humanos", como diria Nietzsche (2000).

Por isso, a importância do ato de desnaturalizar quando se vê um desastre – a ponte (que não é uma ponte) que se forma entre as duas naturezas –, antes que a realidade dos nexos sócio-históricos seja tragada pela força da linha abissal, pela ritualização científico-econômica, pelo sistema modernidade-colonialidade (MIGNOLO, 2014). Desnaturalizar o desastre significa considerar o conjunto dos processos que intervêm na origem, no desenrolar e nos efeitos do desastre, de modo a ter em conta as consequências da ação humana, da organização social e econômica, do papel das instituições e organizações e das decisões, que são indissociavelmente técnico-científicas e políticas, que confi-

guram as formas de prevenção e de enfrentamento dos desastres e das suas consequências. Desnaturalizar não significa negar a existência do que se costuma chamar fenômenos ou processos naturais na origem dos desastres, mas considerar a forma como esses fenômenos ou processos são afetados ou modulados pela ação humana, intencionalmente ou não. Desnaturalizar o desastre significa, ainda, reconfigurar os saberes, conhecimentos e experiências mobilizados para a prevenção e enfrentamento dos desastres, incluindo os saberes técnico-científicos e administrativos, mas também os saberes locais baseados na experiência de comunidades e de grupos vulneráveis ou afetados, de modo a permitir a emergência do que Boaventura Santos (2007) chama ecologias de saberes, associadas a um termo proposto pelo filósofo John Dewey, de formas de ação inteligente que tenham em conta a complexidade e especificidade das situações de desastre.

Desnaturalizar, pode, assim, ser considerado como o nome de um programa emergente de ação, aparentado com as explorações em curso do nexo modernidade-colonialidade, que buscam investigar a formação da matriz colonial de poder – sem a qual a modernidade nunca existiria, a partir dos trabalhos pioneiros de Quijano (MIGNOLO, 2014). Esse programa procuraria, por um lado, identificar a matriz de relações de poder e de conhecimento associados à dinâmica dos desastres, que "normalizam" as condições que tornam possível ou provável a sua ocorrência, assim como a sua centralidade enquanto momento do processo de acumulação nas condições do capitalismo de desastre – como nos mostra a expansão recente do neoextrativismo em diferentes partes do mundo, associada à mineração, à extração e à exploração de combustíveis fósseis e, em geral, à predação de recursos, com o seu cortejo de desastres e de situações de precarização da vida de comunidades e de populações. Para este, como nos tem lembrado Naomi Klein, expressões como desastre ou crise são lidas como sinônimos de "oportunidade" (KLEIN, 2015). E essa oportunidade aparece, na maior parte dos casos, associada à invocação das possibilidades abertas por novas condições técnico-científicas, silenciando as consequências das ações e as resistências a estas.

Os desastres tornam visíveis essas associações de fronteira da linha abissal (SANTOS, 2007), da fratura das grandes dicotomias e expõe a principal operadora dessa linha, a associação básica entre poder e ciência, aquela que permite dominar à distância.

4 DEPOIS DE MIM, O DILÚVIO

Em sua palestra de 3 de setembro de 2008, em Falmouth, Cornualha, no encontro "Networks of Design", da *Design History Society*, Latour, ao refletir sobre o *design* e sua evolução, cita uma famosa frase atribuída ao monarca francês Luís XV, a qual teria sido proferida a propósito de algumas decisões polêmicas que tomou, apesar de contrariar seus colaboradores mais próximos. Ele teria declarado: "Depois de mim, o dilúvio" (LATOUR, 2014a). Qual a ideia que a frase procura expressar? Na verdade, é uma ideia que os nossos políticos, no Brasil, aprenderam muito bem: adotar uma certa irresponsabilidade no ato de decidir, voltando-se mais ao atendimento de seus interesses personalistas do que ao atendimento ao bem-estar coletivo. Se as instituições políticas amparam suas decisões, essas, pois, de alguma forma, são legitimadas por esse amparo, não importando as consequências nefastas que ocasionem ao coletivo. A história da França desenrolou-se de modo que essa posição confortável de enunciar a verdade, em que estava Luís XV, migrasse da legitimidade do poder real, considerada como de origem divina, para aquela que veio a ser-lhe conferida pelo poder científico. Luís XV podia se dizer indicado por Deus, mas a sociedade francesa caminhou para a ideia de que o rei deveria ser esclarecido. Quem é o rei esclarecido? É aquele que é esclarecido pela ciência, pela razão. Então, essa parceria de esclarecimento vai caminhando para outros regimes de poder em outros contextos históricos nacionais, como no Brasil, onde se afirma crescentemente a presença da Razão e da Ciência, a partir do Segundo Reinado, no século XIX, avançando, com limitada resistência de setores minoritários, ao longo do século XX e nesse início do século XXI. O cruzamento entre poder e ciência constitui a matriz do atual modelo de governo da sociedade brasileira.

No Brasil, nas cidades serranas no Norte do estado do Rio de Janeiro (como Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e outras), na madrugada de 12 de janeiro de 2011, aconteceu o maior desastre brasileiro por excesso de água. Nele, em uma única noite, ocorreram mais de 700 grandes deslizamentos associados aos transbordamentos de rios, como consequência de uma chuva intensa, com uma média de 140 mm/h em cinco horas, com quase mil mortes registradas oficialmente, e deixando milhares de desabrigados (PORTELLA; NUNES, 2014). Esse desas-

tre parece evocar o fundo de justeza da máxima do monarca francês: "Depois de mim, o dilúvio". Depois de anos de políticas públicas ineficazes, de gestões municipais ineptas, o dilúvio chegou, atingindo a população das cidades serranas, que não estava preparada para essa situação. E como o desastre é processo, as comunidades locais enfrentaram uma situação de grande calamidade, que prossegue até hoje, cinco anos depois do trágico evento: se algumas ações tiveram lugar em Nova Friburgo, o mesmo não ocorreu em Teresópolis. Os residentes nos bairros afetados por enchentes e deslizamentos na cidade de Teresópolis ficaram e continuaram desamparados desde o evento, com providências públicas recuperativas mal implementadas, como se o acontecimento tivesse ocorrido na véspera. Mas, mesmo assim, ter ou não ter política recuperativa em curso não indica imediata e necessariamente uma vantagem (ou a ausência desta). Em Nova Friburgo, as autoridades locais, em parceria com outros níveis de governo, optaram por uma política pública de reconstrução da infraestrutura de comunidades afetadas no referido desastre, que foi além da contenção de alguns morros e canalização de alguns rios, incluindo a construção de um conjunto habitacional chamado Terra Nova, onde estão sendo assentadas dez mil pessoas. Esse conjunto habitacional foi erigido sem nenhuma área de lazer, sem nenhum serviço público de saúde, sem nenhuma escola, sem ser prevista qualquer forma de mobilidade urbana anterior.

O sistema dominante de produção de conhecimento apoia-se numa distinção, consolidada através de um longo processo histórico, que conheceu um momento crucial no período da chamada Revolução Científica, no século XVII, entre questões de fato e questões de interesse (LATOUR, 2014a). É na definição de questões de fato e no estabelecimento do que conta como fato – distinto da opinião, por exemplo – através de procedimentos experimentais ou de observação, que embasam a autoridade técnico-científica e os seus discursos de verdade. As questões de interesse seriam, assim, relegadas para um lugar secundário, sempre suspeito de carência de legitimidade, a não ser quando corroboradas pelos discursos de verdade, alegadamente desinteressados, produtores de matérias de fato. Nesta perspectiva, um desastre associado a fenômenos geralmente designados de naturais – climáticos, hídricos, sísmicos ou outros – será designado de natural, sendo as suas causas e efeitos determinados pelos procedimentos, alegadamente ob-

jetivos e desinteressados, realizados pelos peritos legitimados pelos conhecimentos científicos e técnicos das disciplinas que definem como seus objetos esses fenômenos. Mas, um desastre é sempre indissociável de um conjunto de processos – sociais, políticos, institucionais – que determinam as condições que definem a possibilidade ou probabilidade da sua ocorrência, e que condicionam a resposta aos seus efeitos e consequências, assim como a capacidade de limitar ou minimizar a possibilidade futura de eventos semelhantes. Esses processos são, por sua vez, determinados por questões de interesse, e estas se tornam, assim, indissociáveis das causas ditas naturais dos desastres. Desnaturalizar significa, assim, considerar os desastres como sendo imbricações de matérias de fato e matérias de interesse, ou, mais precisamente, como processos que não admitem separação – a não ser com propósito analítico – entre umas e outras, e definir modos de ação e de intervenção que reconheçam essa inseparabilidade. Por outras palavras, ao explicitarmos as questões de interesse envolvidas e entrelaçadas, promovemos a desnaturalização do desastre, ele deixa de ser um objeto apartado do mundo onde emergiu. Qualquer afirmação proferida do lugar que proclama o primado das matérias de fato, invocando a autoridade da ciência e do seu regime de verdade, é a afirmação de uma assimetria que relega para lugar secundário ou que invisibiliza as questões de interesse e de justiça das quais se exclui em nome da objetividade, da verdade e da necessidade decorrente do estabelecimento dos "fatos". Luís XV e os seus sucessores contemporâneos souberam tirar partido da reiteração dessa distinção, baseada no que Boaventura de Sousa Santos chamou a monocultura do saber científico-técnico, geradora do que o mesmo autor designa de injustiça cognitiva (SANTOS; MENESES; NUNES, 2004). Na verdade, quando a assertiva de Luís XV se torna uma das manifestações da linha abissal, especialmente no Sul global, ela contribui para aprofundar o processo de exclusão dos cidadãos das decisões sobre a resposta às condições de precarização da vida que alimentam os desastres ditos naturais (PORTELLA; NUNES, 2014). Por isso que a opinião da população é sempre considerada desnecessária, redundante ou geradora de confusão, mesmo que os discursos oficiais afirmem as virtudes e a necessidade da participação ou da consulta. Por quê? Porque o que essa população possa dizer carece de interesse para esse sistema técnico de fato, que há anos acumula soluções e que já tem tudo virtual-

mente resolvido numa razão econômica de custo-benefício implacável (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). A saturação de nossas sociedades pela ciência e tecnologia acaba favorecendo a sobreposição do econômico à ética da vida: ele é na verdade, nosso argumento padrão, que usamos desde nossa relação com as nossas famílias, aos nossos dia-a-dias mais normais, aos nossos planos municipais, nacionais e também em nossos planos internacionais, agora, globais. Esperamos, então, que o processo econômico nos salve… mas infelizmente, não somos um banco.

Por isso, aparece como interferindo com o rigor afirmado das matérias de fato a discussão de índices de vulnerabilidade de populações que vão ser acumulados por uma velocidade impressionante pelos bancos de dados do Banco Mundial, que, note-se, é um dos baluartes da autoridade do econômico. O Banco Mundial mapeia toda vulnerabilidade do país, mas podemos ter situações em que a mesma instituição poderá contribuir para a decisão de colocar lixos tóxicos na vizinhança das populações mais frágeis, porque, no fim, trata-se sempre de uma questão de custo-benefício (ACSERALD, 2013). Por isso, aqueles que compreendem essa realidade e não compartilham dessas decisões devem se esforçar mais, se dedicar mais, a uma produção de conhecimento que considere essas assimetrias.

Questões de fato *versus* questões de interesse: se considerarmos que a definição técnico-científica de questões de fato se pauta, idealmente, pela invocação da neutralidade e do interesse no desinteresse, como lhe chamou Bourdieu (1996), concluiu-se que não há senão questões de interesse, mas é preciso que entendamos que as tecnologias, duras ou leves, promovem a ideia de que é viável estabelecer a distinção entre questões de fato e questões de interesse (LATOUR, 2014a). Dentro desse ambiente acadêmico, nós sempre produzimos assimetrias de conhecimento. Não existe um conceito que seja produzido pela academia que não produza assimetria de conhecimento, uma vez que uma parte importante de sua estratégia de legitimação consiste em desqualificar os outros conhecimentos, produzidos por outros sujeitos. Assim, a aproximação e instrumentalidade da ciência no âmbito das decisões políticas é, ao mesmo tempo, um processo tendente a apartar os outros sujeitos e roubar-lhes a oportunidade de constituírem seus recursos de voz. Por isso, a sociedade poderia estar mais próxima de horizonte al-

ternativo se assumisse a necessidade de instaurar uma justiça cognitiva através de inovadoras formas de participações sociais e populares na discussão sobre o devir coletivo, porque é ela que tem condições de regular essa assimetria de saber. Isso, obviamente, não é simples, porque durante anos, treinamos as nossas crianças a aceitarem passivamente o conhecimento científico, uma situação estudada por Isabelle Stengers, e comentada por Latour:

> Os humanos (ocidentalizados e cientificizados) tendem a obedecer à autoridade científica de uma forma que nunca se verificaria em qualquer outra situação mais evidentemente política. Foi este fato que induziu em erro a maior parte dos cientistas quando tentaram aplicar as ciências naturais às sociais: o que viam como extensão milagrosa da objetividade científica era, na realidade, uma mera consequência da aura de total indisputabilidade que prematuramente atribuíram às ciências (LATOUR, 2007, p. 55).

O que antes era uma decisão de um deus, hoje é uma decisão científica; o que antes era a vontade de um deus, hoje pode ser o padrão de vulnerabilidade da população. Isso, não porque a palavra vulnerabilidade não tenha valor de conhecimento, mas é preciso ser explicitado toda vez que for utilizado. E toda vez que for utilizado, melhor seria que quem é vulnerabilizado enquanto destinatário da palavra vulnerável decidisse: "eu me sinto vulnerável ou não?". Uma coisa é se autoproclamar vulnerável; outra coisa, é se dizer "este ambiente", "esta população", "esta comunidade" é vulnerável. Essa encruzilhada pode ser vista, nos dias de hoje, em ocorrência por dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil. Existe um esforço, por parte de muitos trabalhadores do SUS, para que ele deixe de ser sistema de saúde ancorado e refém da lógica biomédica e se transforme em um Sistema de Cuidado (AYRES, 2001). Qual é a diferença entre cuidado e saúde? A ideia de saúde, nas suas diferentes definições, sempre está em tensão com a doença, e esta é o objeto do saber biomédico. A doença assim delimitada, enquanto objeto, questão de fato, aparece como uma questão urgente clamando prevenção, tratamento ou cura, independentemente do corpo singularizado e da pessoa, do ser social que a suporta. Mas, se o sistema fosse primordialmente de cuidado não haveria nem sujeito nem objeto, e o saber biomédico passaria a ser auxiliar: no sistema do cuidado, tem-se que escutar e ser escutado, seja no

consultório, no hospital, ou mesmo em locais não formais da prática da saúde por aqueles que se encontram, independente e dependente de suas posições: um encontro de encontros.

> Cuidar é querer, é fazer projetos, é moldar a argila. Querer é o atributo e o ato do ser. Cuidar é sustentar no tempo, contra e a partir da resistência da matéria, uma forma simplesmente humana de ser. Mas é igualmente soprar o espírito, isto é, ver que essa forma não seja pura matéria suspensa no tempo (mesmidade), mas um ser que permanente trata de ser um ente 'que se quer' (ipsiedade) (AYRES, 2001, p 71).

Essa produção de escutas de cuidado diferencia-se da ideia de saúde biomédica, que é definida de fora, à distância. O cuidado dá o direito às pessoas de definirem, em contexto de diálogo, o que é saúde para elas: todos querem ser sujeitos de suas próprias normas (CANGUILHEM, 2001). Esse esforço de sair de um sistema de saúde biomedicalizado para um sistema de cuidado é um primeiro esforço para abrir uma alternativa à hegemonia científica na definição das trajetórias sociais e pessoais. Também em matéria de saúde, nem a doença é um fenômeno natural, nem o saber biomédico trata de questões de fato.

5 À GUISA DE CONCLUSÃO: a ponte que não é uma ponte

O encontro entre os técnicos-cientistas e o que se convencionou chamar "a sociedade" ou "o público" deverá ser regulado pelo cuidado. É um ser social diferente que emerge desse encontro: um coletivo, como lhe chama Latour (2014a), que partilha um ambiente comum, e que terá de aprender a enfrentar de forma criativa e construtiva as tensões que resultam dos enfrentamentos que atravessam as questões de interesse. O espaço agonístico desses enfrentamentos será também o espaço onde emergem as possibilidades de interlocução, de troca de conhecimentos, de saberes e de experiências vinculados a dinâmicas socio-históricas e sócio-ecológicas que se cruzam.

Para a produção de conhecimentos mais fecundos e com maior aderência à sociedade, como no caso de nosso encontro com os afetados do desastre de janeiro de 2011, lançamos mão de um "dispositivo dinâmico de três polos" como propõe Schwartz (2000), que visa a colocar

em debate sinérgico diferentes saberes, seja o que se tornou patrimônio das disciplinas científicas (primeiro polo), seja aqueles investidos produzidos pela experiência (segundo polo). Para circulação desses saberes é imprescindível a atuação de um terceiro polo, operando acordos e negociações, considerando as exigências éticas/epistêmicas, incontornáveis para que se dê o encontro criativo e inovador entre os diferentes saberes. A relevância desse terceiro polo no dispositivo deve ser ressaltada, ao se considerar a complexidade da assimetria de conhecimentos que configura zonas de cultura e incultura entre as partes, gerando desconforto intelectual recíproco e exigindo uma postura de humildade epistemológica. A ideia deste dispositivo está ligada a todo um patrimônio de experiências coletivas, significando que o poder explicativo e a validade de uma interpretação não podem ser autolegitimadas, mas antes discutidas e reavaliadas em cada novo encontro. Este dispositivo se torna então uma verdadeira matriz de interdisciplinaridade, que conduz as disciplinas a se transformarem em competências disciplinares, ou seja, que cessem de se fechar sobre si mesmas. Cada disciplina é um reservatório de competências, mas que deve se retrabalhar em si mesma, por meios desta participação nesta espécie de turbilhão permanente, e promover uma interlocução continuada com outros saberes e experiências.

Neste sentido, a utilização deste modelo promove a circulação, nos dois sentidos, entre os *saberes disponíveis* e os *saberes investidos*, possibilitando a discussão para formulação e aplicação de normas e procedimentos de saúde e segurança que estejam mais identificados com as situações vividas por seus protagonistas. Já não estamos a lidar com coisas sujeitas à objetificação própria da produção de conhecimento e das formas de intervenção postuladas pelas formas hegemônicas de tecnociência.

O desastre aparece, aqui, como um processo que, momentaneamente, liga o que parecem ser duas naturezas. Mas essa ligação pode ocorrer de duas formas incompatíveis entre si, ou como uma objetificação que, em nome do rigor e da verdade associados à ciência e à técnica, converte o evento, em toda a sua complexidade, em questão de fato, ou como um campo de disputa singular, em que se joga o confronto entre os diferentes actantes antes divididos entre natureza e sociedade.

Se o desastre não é um objeto, ele não pode ser comparado a uma ponte. Nem mesmo a uma ponte que não é uma ponte. Ele se assemelharia mais a um buraco-negro, que não vemos, pois traga toda a luz,

mas está lá desmanchando toda a invisibilidade do social, da economia e do próprio desastre. A luz que vai sendo tragada pelo buraco-negro, paradoxalmente, ilumina todos os níveis. Antes de ser tragada ao ponto de criar uma singularidade ou muitas singularidades ela passa pelo horizonte de eventos. Ali, naquele momento único, próximo ao horizonte de eventos, quando a sobrevivência é um detalhe, uma perícia, uma habilidade: é onde se revela o cuidado! É algo que se pratica sem aparente mediação, sem dispositivos de objetivação. A sua ética é a do reconhecimento da pertença a uma condição comum. Completamente avesso ao mundo da identidade, dos fatos, das estruturas que se sobrepõem aos indivíduos em nome de maiorias cuja existência aparece como improvável. O cuidado envolve a descida do plano nacional ou internacional para a escala da vida e das pessoas em situação.

> Em geral, há mais lógica em uma frase do que em um discurso, em um discurso que em uma série de discursos, em um rito especial que em todo um credo, em um artigo de uma lei que em todo um código, em uma teoria científica concreta que em todo um corpo de ciência e em cada trabalho executado por um trabalhador que em todo conjunto de sua conduta (TARDE, 2013, p.76).

Nessa escala, que segundo Tarde (2013) seria a única que existe, o que conta é entender o que suporta a vida e permite, nas palavras de Dussel (1998), o seu florescimento: o corpo, a casa, a comunidade, os abrigos, o planeta. Compreender que os seres humanos estão sempre embalados em suas múltiplas esferas interconectadas (SLOTERDIJK, 2009) e, ao contrário do lema da série de TV *X-Files*, a verdade *não* está lá fora, porque não existe *lá fora*. Precisamos ser radicalmente cuidadosos com nossos suportes de vida. Em contraposição às questões de fato, surgem, então, cinco características do ato de cuidar:

- Não existe a ideia de fundação, de essência (o que ele é já está dado);
- os detalhes são fundamentais, porque se não há essência só existem detalhes;
- sempre se está lidando com significados (sem diferença entre função e formato – é preciso seguir as questões de interesse sempre locais);
- como não há essência, não há origem e, por isso, nunca se começa do zero: reelaborando, redesenhando ou por via do *redesign* (antídoto para

atos de fundar, colonizar, estabelecer, ou romper com o passado, contra a arrogância, busca de certezas absolutas e de desvios radicais);

- a ética, aqui, refere-se à distinção entre o bom ou mau desenho – *design* – (LATOUR, 2014a); ou entre o bom ou mau cuidado; ou ainda, em termos de desastre, entre salvar vidas em nome da sobrevivência ou salvar vidas em liberdade.

Essa situação pode ser compreendida – ao aproximarmos e contrapormos o "homem do risco" (expressão de Naomar de Almeida-Filho), virtual e padronizado, ao "homem lento" (expressão de Milton Santos) – revisitados por Sevalho:

> O homem do risco é arte do desencontro na desilusão de um mundo ficcional ordenado por uma pós-modernidade vazia; o homem lento é agente do encontro solidário para a transformação social. Ao homem dos riscos, a pobreza da dominação ideológica e da mesmice; ao homem lento, o homem comum, o pobre das metrópoles, a riqueza do devir e da mudança. Com o homem dos riscos, o desalento dos gestos conformados; com o homem lento, a construção da utopia (SEVALHO, 2012, p 16).

E, nesses termos, em que se transforma o natural e o que é intervenção técnico-científica? Aquilo que é "cuidadosamente administrado", "habilidosamente encenado", "artificialmente mantido", "inteligentemente elaborado" seria o natural. E, na intervenção técnico-científica, estaria se tornando obsoleta a própria ideia de que usar o conhecimento dos cientistas e engenheiros é necessariamente o mesmo que recorrer às inquestionáveis leis da natureza (LATOUR, 2014a, p 16). Pequenas inovações técnicas colaborativas. Cuidadosas! Recorrer aos cientistas e engenheiros será num bom futuro uma outra forma das comunidades dos homens lentos se perguntarem: "como isso pode ser mais bem elaborado?"

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento – anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *Em Pauta* (Uerj) v. 11, n. 3, p.113-130, 2013.

AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n. 1, p. 63-72, 2001.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE Y. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris, Seuil, 2001.

CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. Proposições, v. 12, n. 2-3, p. 35-36. 2001.

DUSSEL, E. En búsqueda del sentido (origen y desarrollo de una filosofía de la liberación). *Anthropos*, n. 180, p. 13- 36, 1998.

FOUCAULT, M. Dits et ecrits. Tome III, n. 206. *Bulletin Périodique du Champ Freudien*, n. 10, p. 62-93, 1997.

KLEIN, N. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Toronto, Knopf Canada, 2007.

_____. This *Changes Everything: Capitalism vs. the climate*. London: Penguin Books, 2015.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). *Objetos impuros*: experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Afrontamento, 2007. p. 40-61.

_____. Um Prometeu cauteloso?: alguns passos rumo a uma filosofia do design (com especial atenção a Peter Slotedijk). *Agitprop*: *Revista Brasileira de Design*, v. 6, n. 58, jul./ago. 2014a.

_____. *On some of the affects of capitalism*. Lecture given at the Royal Academy, Copenhagen, 26th of February, 2014b. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/136-AFFECTS-OF-K-COPENHAGUE.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

MEADOWS, D. L.; MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. *The Limits to Growth*. New York, Universe Books, 1972.

MIGNOLO, W. *Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. 2º ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

NIETZSCHE, F. *Humano Demasiado Humano* (tradução de Paulo Cezar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

POLANY, K.A. *A grande transformação:* as oriegens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PORTELLA, S; NUNES, J. A. Populações serranas excluídas, cidades insustentáveis: o enigma da participação pública. *Rev Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 4223-4228, 2014.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 78, nov. p. 3-46, 2007.

_____. *Um Discurso sobre as Ciências*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Para ampliar o cânone da

ciência: a diversidade epistemológica do mundo, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodBioPort.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZ, Y. Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe. Toulose: Octarés Editions, 2000.

SEVALHO, G. O "homem dos riscos" e o "homem lento" e a teorização sobre o risco epidemiológico em tempos de globalização. *Interface*, v. 16, n 40, p. 7-19, jan./mar. 2012.

SLOTERDIJK, P. Esferas I: Microsferologia. Madrid: Ediciones Siruela, 2009.

TARDE, G. *Las Leyes Sociales*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2013.

UNISDR - *Sendai framework for disaster risk reduction* 2015-2030. ONU, 2015.

RESUMO

Este artigo trata de um conjunto de reflexões que se apoiam na concepção de Latour sobre as duas naturezas que disputam a primazia do domínio da enunciação do que é a realidade atualmente: a natureza a que todo o mundo vivo pertence e a outra que nos sobrevoa e explora, a economia capitalista. Fazemos a analogia de que o momento singular de um desastre é como uma ponte que faz com que as duas naturezas se encontrem. Aqui focamos o desastre das cidades serranas do Rio de Janeiro em 2011, marcado por uma indisfarçável crise, onde não há objetos, somente agrupamentos em disputa, permeado por debates de lógicas refletidos no espaço social. Essa "ponte" pode fazer circular duas formas, incompatíveis entre si, gerando dois modelos: como objetificação em nome do rigor e da verdade técnico-científica que converte o evento, em toda a sua complexidade, em questão de fato. Ou como um campo de disputa singular, em que se joga o confronto entre diferentes atores-rede. Alinhamos-nos com o segundo modelo promotor da circulação de saberes, e sua ecologia, possibilitando a discussão para formulação de procedimentos de saúde e segurança mais compatíveis com a vida de seus protagonistas.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres. Participação social. Assimetria de saber. Região serrana.

ABSTRACT

This article discusses a set of reflections that rely on Latour´s conception of the two natures that are disputing for primacy in the field of enunciation of what counts as reality today: a nature which includes every living entity and the "second nature" of the capitalist economy. We propose an analogy between the singular moment of a disaster and a bridge that links these two natures. Our focus here is on the disaster of mountain cities in the region of Rio de Janeiro (2011), an undisguised crisis, where there are no objects, only groups in dispute, crossed by debates of logics refracted in social space. This "bridge" allows for circulation in two incompatible ways, generating two models: as objectification based on rigor and technical-scientific truth, converts a complex event into a matter of fact; or as a field of dispute, where a confrontation between different actors is played out. We align ourselves with the second model of the circulation of knowledge, and its associated ecology, allowing a discussion of how the formulation of health and safety procedures may become more compatible with the continuing life of its protagonists.

KEYWORDS: Disasters. Social participation. Knowledge asymmetry. Mountain region.